

POLÍTICA OLIGÁRQUICA NO MARANHÃO: OS DISCURSOS DA DITADURA PARA O ENSINO PRIMÁRIO ENTRE OS ANOS 1960-1970

ROSYANE DE MORAES MARTINS DUTRA

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

RESUMO: O artigo apresenta uma análise dos discursos sobre educação no estado do Maranhão, durante os anos do governador José Sarney (1966-1970) e a relação com o golpe militar de 1964, em documentos de mensagens à Assembleia Legislativa e jornais, que anunciavam um tempo novo com investimentos para o ensino primário como ampliação da rede escolar e aumento do número de crianças matriculadas. O período denominado por Sarney de Maranhão Novo, se apresentava como o tempo da modernização e da dinâmica na política educacional. Na análise documental das mensagens à assembleia legislativa e das publicações em jornais foram identificados discursos sobre a situação em que se encontrava o ensino primário e os destaques dados por Sarney aos aclamados avanços na educação. Os resultados revelaram práticas políticas que coadunavam com o Estado militar imposto à população maranhense, e que disfarçavam a perseguição política e a censura através de eventos sociais, falas amenizadoras e reformas em prédios escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Oligarquia. Ditadura Militar. Ensino Primário. Políticas. Maranhão.

INTRODUÇÃO

O pós-golpe de 1964 trouxe para o contexto maranhense consequências políticas que afetaram importantes setores sociais como a educação. Após eleições de 1965, eis que um personagem assume a política no Maranhão e intensifica o diálogo com os militares: José Sarney Costa. O sarneísmo, segundo Guilhon (2007), foi um processo confluyente com determinantes internos e externos que conduziram a oligarquia Sarney ao poder, assumindo o governo do Estado entre os anos 1966 e 1970. Nesse contexto, a política educacional estava caracterizada como defasada e arcaica devido ao vitorinismo, nome relativo aos últimos anos de governo Vitorino Freire, que antecedeu Sarney e com características coronelísticas.

José Sarney, para não carregar as marcas do atraso de Vitorino, inaugura a expressão "Maranhão Novo" para incluir uma imagem mais aceita e com maior persuasão sobre os eleitores e políticos de oposição, podendo com isso avançar em suas propostas de modernização do estado, principalmente pela educação das massas, com programas específicos de ampliação das escolas de ensino primário (Maranhão, 1967). Ao assumir o governo, Sarney faz promessas que inaugura a fase de reconstrução da economia no Maranhão, com as alianças feitas com indústrias, políticos em ascensão e os militares que estavam sob o controle da nação. Questiona-se: quais os discursos instituídos para a educação do Maranhão, especificamente para o ensino primário, durante a vigência do

governo Sarney, que evidenciaram a comunhão com os propósitos do Golpe Militar de 1964?

Assim, esse artigo, como resultados de pesquisas realizadas pela linha de pesquisa História da Infância e Políticas Maranhenses¹, do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras – GEPIB, pertencente ao Núcleo de Educação e Infância – NEIUFMA e ao Programa de Pós-graduação em Gestão do Ensino na Educação Básica – PPGEEB da Universidade Federal do Maranhão, analisou os discursos sobre o ensino primário presentes nos documentos oficiais do governo de José Sarney, nos anos 1967 e 1968 e nos jornais de base governista, evidenciando a circulação de um pensamento em prol da política oligárquica que se instaurava no Maranhão durante os primeiros anos de ditadura no Brasil. Em levantamentos bibliográficos, o Grupo de Pesquisa não encontrou quantidade satisfatória de pesquisas sobre o assunto e literatura que envolvesse o tema, por isso a dificuldade de subsidiar teoricamente com outras fontes que não sejam estas apresentadas no artigo.

Destaques feitos nas palavras, frases e expressões, nos levaram a indagar a fonte e perceber nas entrelinhas o engajamento das oligarquias em se manterem no poder e garantir a longevidade desses discursos, que marcavam as instituições e a formação dos indivíduos, ou como nos diz Foucault (2008, p. 159): “(...) ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento”. Assim, para a educação das crianças, o golpe militar traçava os caminhos de um desmonte da alfabetização construindo uma ideia de modernização que na verdade só buscava a instauração de um controle das verbas públicas e da vigilância administrativa das escolas.

O “SARNEÍSMO” NO MARANHÃO: CONTEXTO POLÍTICO E EDUCACIONAL

José Sarney Costa, assumiu o governo do estado do Maranhão em 31 de janeiro de 1966, e sob intenso apoio político, midiático e popular, o então governador discursava sobre as mudanças que viriam nos próximos anos de governança, apresentando o almejado Maranhão Novo como superação ao vitorinismo e apresentação do modelo de política que seria construído (Bittencourt, 2018). Com o apoio do empresariado, principalmente os que mantinham o controle dos meios de comunicação para amenizar os impactos do pós-golpe no Maranhão, Sarney desenvolveu um projeto político-partidário ligado às oligarquias que se utilizava de discursos moralizadores, coniventes com a presidência da república, assumida por Castelo Branco.

Em todos os setores governamentais foi infundida a ideia do NOVO como força geratriz do moderno, caminho a ser percorrido para que o Maranhão pudesse vir a ser ‘outro Maranhão’. Não mais o Maranhão dos coronéis, estagnado o arcaico. O MARANHÃO NOVO, protótipo da abastança e do bem estar social indiferenciados, passa dos pronunciamentos eleitorais a linguagem dos planos oficiais, crescendo como elemento ideológico que direcionaria a ação governamental” (Bonfim, 1982, p. 92).

DUTRA, R. de M. M.

O programa de governo incluía a modernização de todos os setores e sempre se respaldava na tal “Revolução de 64”² como um tempo de mudanças no país, tendo com isso o apoio constante dos militares e das lideranças políticas no Brasil. Castelo Branco, por exemplo, interferiu no processo eleitoral possibilitando a vitória nas urnas de Sarney e nomeou esse tempo no Maranhão de “Governo Revolucionário” (Guilhon, 2007, p. 7). Com essa intervenção direta do governo federal, o então chefe do executivo estadual recebeu a infraestrutura necessária para garantir a implantação do Maranhão Novo, com vistas a retirada do estado da estagnação a que foi submetido nos anos anteriores pelo Governo Vitorino Freire.

Novamente os laços com o governo federal se mostrariam decisivos na ascensão de José Sarney, outra cria rebelde, pois não apenas sua vitória para o governo do Estado em 1965 é indissociável do quadro político aberto com o golpe militar, como seu fortalecimento e a definitiva configuração do situacionismo foi um processo paulatino que também esteve vinculado à maior penetração do novo líder oligárquico nos círculos centrais da política brasileira (Reis, 2007, p. 218).

Nos discursos que proferira sobre a conjuntura de antes e como era necessário romper com o atraso do coronelismo, Sarney tinha nos jornais a consolidação da sua imagem de salvador e cada vez mais possuía a adesão popular para implementação dos seus projetos políticos, incluindo as propostas para a educação do povo. “Ninguém de bom senso, pode negar o dinamismo do Governo Sarney, profissionalmente integrado ao esforço de desenvolvimento do país, e particularmente, do Nordeste” (O Zumbi, 1968, p. 2).

O jornal O Zumbi³, entre os anos 1968 e 1970, publicava inúmeras colunas a favor do governo de José Sarney, com referência aos discursos de modernização e mudança social no Maranhão. A circulação das ideias pró-sarneistas impulsionava as ações de manipulação social para aprovação do governo e intervenção nas políticas públicas consideradas fundamentais, como as educacionais que nos últimos anos, sofrera atrasos consideráveis na organização do sistema escolar.

O projeto apresentado por Sarney seria identificado com o “moderno”, uma proposta diferente da existente, tentando a dinamização dos setores da economia de modo a favorecer o desenvolvimento econômico do Estado que estaria estagnado, principalmente devido a má administração dos governantes eleitos por Vitorino Freire (Bonfim, 1982, p. 79).

Além dele, o Jornal O Imparcial, fundado por José Pires Ferreira em 1926, e que foi incorporado ao Jornal Diários Associados de Assis Chateaubriand, político e empresário brasileiro apoiador do golpe de 64, circulava inúmeras colunas de apoio ao governo sarneista. Os jornais tiveram impacto na divulgação e comunicação dos feitos governamentais e controlavam a opinião pública a favor da ditadura e a atuação dos militares no Brasil.

Tão logo chegou a Brasília o governador eleito do Maranhão foi chamado ao Palácio do Planalto pelo Presidente Castelo Branco. Este teve palavras de entusiasmo e carinho para com o deputado José Sarney dizendo mesmo a certa altura: “Olha deputado a sua eleição foi um dos fatos políticos que mais me sensibilizaram até hoje. Fique certo de que o Maranhão receberá toda a assistência do Governo Federal, eu quero colaborar decisivamente com seu governo (O IMPARCIAL, 1965, n. p.).

Guilhon (2007) conclui que a chamada Revolução de 64 deu respaldo político para atuação dos militares no Maranhão, pois com o afastamento de líderes oposicionistas, como Neiva Santana e Renato Archer, e a criação da Aliança Renovadora Nacional⁴ (ARENA), Sarney foi apoiado pelo governo central e criou estratégias políticas para garantir que suas ideias fossem aceitas pela população. Nesse processo, os discursos deveriam pontuar a mudança do velho para o novo, do arcaico para o moderno, e implicava na reestruturação da burocracia estatal, retirando dos cargos públicos representantes que coadunavam com a velha política coronelista e colocando jovens técnicos oriundos da SUDENE⁵ (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

O ENSINO PRIMÁRIO PARA UM “MARANHÃO NOVO”: OS DISCURSOS PARA A ESCOLA PÚBLICA

Na reestruturação, as propostas de José Sarney para a mudança que almejava incluíam o setor da educação como prioridade pois sempre julgava que o estado vivia há anos um intenso atraso no desenvolvimento. “Estando com um dos mais elevados índices de analfabetismo — cerca de 74% — o Maranhão oferecia, quando assumiu a atual administração um triste panorama” (Maranhão, 1967, p. 36). E continuava trazendo dados da realidade antes mesmo de apresentar as propostas administrativas para melhoria da educação: “a escolarização primária beneficiava apenas 36% da população em idade escolar. O déficit de unidades escolares era dramático, o ensino médio oficial (e gratuito) restringia-se ao velho Lyceu Maranhense onde funcionava cumulativamente, o Instituto de Educação (Escola Normal) (idem).

Os documentos de mensagens à Assembleia Legislativa, entre os anos 1967-1969, são indícios das formas de governo da população maranhense, com a defesa contínua de um território que precisava ser modernizado comparando com o resto do país. Para o setor educacional, era preciso ampliar a oferta de vagas no ensino primário, “recuperar a rede escolar existente, reconstruindo as unidades escolares e reequipando-se, no que foram investidos recursos substanciais” (ibidem). Olhar para a escola urbana e rural era necessário para a luta contra o analfabetismo, mesmo que isso ficasse reservado a reformas prediais, desconsiderando a formação dos professores e os recursos didáticos a serem utilizados.

Ao mesmo tempo que, por estas medidas, era ponderavelmente ampliado o número de matrículas, iniciava a Secretaria de Educação,

DUTRA, R. de M. M.

a construção de 136 salas de aula para o Ensino Primário e 130 salas (das quais 120 no Interior do Estado nos municípios de Chapadinha, Pindare-Mirim, Bacabal, Imperatriz e Caxias) para o Ensino Médio, para o que contou com os recursos do Plano Nacional de Educação (MEC) (Maranhão, 1967, p. 36-37).

A aproximação com a SUDENE materializava o propósito de revitalização dos setores sociais que necessitavam da atuação mais direta dos órgãos de controle e desenvolvimento regional, eixo da Doutrina de Segurança Nacional. Assim, um Plano Emergencial foi criado nos primeiros anos de governo e incluía a educação como necessidade primária:

No que diz respeito a educação, salientou que o seu governo executará o Plano Estadual de Educação, destacando o treinamento e formação de mão de obra especializada, em colaboração com a SUDENE e com a USAID e que a educação primária merecerá tratamento todo especial. No setor da agricultura procurará cuidar do abastecimento para os grandes centros urbanos, de acordo com uma política racional a ser elaborada pela assessoria técnica. No plano da energia, pretende dar todo o apoio à COHEBE, que inclusive, ficará responsável pela CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão – e construirá uma hidrelétrica no rio Farinha com capacidade de 8,300 KVW (Bittencourt, 2018, p. 6).

No que tange à formação de mão de obra citado no plano de governo, Sarney se atentava com a capacitação dos profissionais da educação a nível técnico, com competências para o ensino da leitura e da escrita no ensino primário, a fim de atender aos propósitos dos militares. Programas como a Legião Brasileira de Assistência ⁶(LBA) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização⁷ (MOBRAL) fizeram parte das propostas educacionais para sanar o grande problema do analfabetismo, como afirmava em seu discurso de posse: “Trazer sangue novo e abrir oportunidades a todos e responder a muitas perguntas: Como iremos desenvolver a cultura? Como iremos ensinar os que estão condenados ao analfabetismo? Como iremos abrir novas estradas? Como iremos formar os nossos técnicos?” (Maranhão, 1966, p. 30).

O foco na educação do povo era um projeto demarcador da falácia da modernização, de um Maranhão Novo. Desde a ampliação das creches até os investimentos no ensino superior, o sarneísmo racionalizava e moralizava a população com discursos de melhoria da vida dos maranhenses: “Aumentou-se significativamente o número de escolas e matrículas, em todos os níveis de ensino, inclusive o superior, tendo sido instaladas as Escolas de Engenharia e de Administração, e já estando aprovada por essa Ilustre Casa a criação de uma Faculdade de Pedagogia em Caxias” (Maranhão, 1968, p. 04).

Assim, o governo evidenciava a educação como setor sob contínuo crescimento, e pontuava a escola pública como principal instituição para a aprendizagem. Segundo Bonfim (1982) a política educacional do Maranhão, apresentada em texto mimeografado pelo próprio José Sarney, colocava a escola como centro de formação dos novos trabalhadores, que atenderiam às indústrias em crescimento no estado e as necessidades de mão de obra barata. “Mais uma vez, o

discurso sarneísta expressa que os objetivos da educação não estariam dissociados da produtividade e que dela seria cobrado um retorno econômico, social e político, segundo os padrões desenvolvimentistas concebidos pelo Governo do Estado" (Bonfim, 1982, p. 125).

Com as análises dos documentos das mensagens do governador à Assembleia Legislativa, consideramos na próxima sessão apresentar os discursos para o ensino primário, em específico, percebendo que a educação das crianças era fundamental para o projeto político das oligarquias.

Os anos posteriores a 1964, estavam sob a ideologia de um Brasil desenvolvimentista devido ao crescimento industrial. Os setores como a educação, passava a ser visado pelo poder econômico com vistas a garantir a reprodução do capital.

Sarney, ciente dessa empreitada na política nacional, investe na escola pública como promessa da mudança necessária para o atraso maranhense na educação da população. Com o documento, Política Educacional do Maranhão, criado pelo próprio, destacava que "será portanto um dos objetivos no quinquênio 1965/70 capacitar a juventude maranhense para, ao deixar a escola, poder engajar-se com eficiência numa profissão" (Sarney, 1966, p. 02).

Com essa política, Sarney pretendia expandir sua atuação, investindo na reforma e ampliação da rede escolar de ensino primário, prioritariamente, como destacou na mensagem de 1967: "Foi duplicado o número de professores do ensino primário e iniciado um programa de treinamento para o professorado leigo, quer do Estado, quer do Município" (Maranhão, 1967, p. 37).

Sarney anunciava o projeto de revitalização do ensino público, com projetos exportados de outras experiências brasileiras, como o João de Barro⁸, o Bandeirante⁹ e de Teleducação¹⁰. "Em 1967, ao mesmo passo que prosseguia o esforço para ampliar a rede escolar primária (mais de 100 Unidades construídas) e secundária (38 salas de aula construídas) convencionais, definiam-se novos programas a luz daquela filosofia educacional, sobretudo através dos Projetos João de Barro e Centauro" (Maranhão, 1968, p. 46).

Essas experiências traziam em sua essência o desejo de sanar com os altos índices de analfabetismo que assolavam o estado, e tornavam-no um dos mais pobres da federação. Sarney sempre trazia em seus discursos essa realidade e sabia que a formação dos trabalhadores que deveriam ocupar as vagas ociosas nas indústrias maranhenses perpassava pelo impulso a ser dado no ensino primário e no ginásio. "Impunha-se reformular completamente a estrutura da Secretaria de Educação e definir uma filosofia de ensino que fosse resposta adequada aos problemas e tivesse o objetivo de qualificar os alunos, em qualquer dos estágios de sua formação, para o trabalho" (idem).

Bonfim (1982), em análise à Política Educacional, compara dados do atendimento às crianças em nível do ensino primário no Maranhão, e destaca na tabela abaixo os índices apontados nos documentos do governo como ponto de partida para atuação da equipe técnica da secretaria estadual de educação. A tabela 1 faz referência

DUTRA, R. de M. M.

aos dados apresentados nos Documentos de Políticas Educacionais do Governo do Maranhão, publicado em 1967.

Tabela 1 - Situação do ensino primário no Maranhão (1966)

Municípios	Crianças Atendidas	Não atendidas	Total de Crianças Maranhenses
São Luís	30.914	10.987	41.901
Interior	213.920	304.640	518.360
Total	244.634	315.627	560.261

Fonte: Bonfim (1982).

A produção desses dados estava associada ao mecanismo de produção de informação para comparação ao período anterior ao de Sarney, no caso, o do governo Vitorino Freire, onde os números de matrículas eram abaixo ao apresentado nos documentos sarneístas, o que reforçava a ideia de mudança no setor. “Com isso, sua figura de ator político jovem, dinâmico e progressista cresce sobremaneira e, mais uma vez, há um desvio do panorama estrutural para a centralização de meros atores” (Bonfim, 1982, p. 129).

Outra decisão tomada pela equipe técnica da pasta educacional era anular todas as propostas submetidas pelo governo anterior, como a construção de prédios escolares. Essas medidas possuíam mais caráter corretivo do que de ampliação da rede escolar, o que cada vez mais posicionava Sarney numa frente contra a corrupção da era vitorinista, e declarava guerra aos desarranjos políticos deixados pelas equipes de governo anteriores.

Uma das primeiras medidas do atual Governo foi a anulação dos contratos de construção dos prédios escolares, celebrados pela CEPLMA, para emprego dos recursos provenientes do Convênio USAID /SUDENE/MEC/ESTADO em face da indiscutível ilegalidade e dos aspectos de favoritismo e supervalorização das obras que os caracterizavam (Maranhão, 1966, n. p.).

A Política Educacional adotara novas práticas de organização e controle dos recursos recebidos pelo MEC para implantação do novo ensino primário. O documento e as mensagens enviadas às assembleias legislativas deixavam claro que as ações governamentais atuariam para ampliação do atendimento das crianças e construção de prédios a partir das novas orientações do Plano Nacional de Educação. “Para atender a esse acréscimo da matrícula foram instalados turnos intermediários, além do aproveitamento integral de todos os espaços ociosos existentes nos Grupos Escolares da Capital” (Maranhão, 1966, n. p.).

Com ações na formação dos professores e administradores escolares, a política sarneísta para a educação visava as melhorias pontuadas nos discursos e que se respaldavam nas dificuldades encontradas nas escolas da rede estadual. Equipes técnicas e convênios com faculdades passavam a valorizar o trabalho na escola, o que requiritava um olhar sobre as instituições e como era possível educar as crianças sem recursos mínimos.

A marca do imediatismo caracterizaria a ação de todos eles, o que de certa forma estaria coerente com a política governamental, onde ação urgente se sintoniza com ação importante. Creio que a urgência das ações estaria admitindo a premissa de que a situação de atraso em que se encontrava a Educação teria de ser compensada, daí a necessidade de acelerar o processo (Bonfim, 1982, p. 192).

Nas mensagens à assembleia, Sarney deixava claro a intervenção que deveria ser feita no ensino primário, ampliando os números de vagas e os espaços das instituições, com reformas imediatas. “Tendo recebido uma herança desalentadora no campo educacional, o Governo, a despeito dos recursos precários face a amplitude do problema pode, ainda em 1966, abrir perspectivas novas a Educação quer pelas realizações materiais quer pela fixação de uma nova e dinâmica política educacional” (Maranhão, 1967, p. 37).

Assim é que se pode considerar que na intenção de governar a população e respectivamente as crianças, no controle e vigilância da sua educação e dos seus corpos, as instituições possuem papel fundamental, pois sistematizavam o processo educativo, conforme as concepções que pairavam sobre a administração pública estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão levantada nesse artigo revela as intenções do Governo José Sarney no estado do Maranhão no pós-golpe militar de 1964. Sua ascensão se deu em acordos com o governo federal, apoiador desde a candidatura de Sarney, e que via no futuro as chances de determinar as formas de manipular a população nordestina para as causas defendidas pelos militares. O sarneísmo chegou ao poder e nele ficou por mais de 50 anos, e os discursos de progresso e modernização não foram vistos até hoje.

O Maranhão continua apresentando o atraso deixado pelo coronelismo e tão rejeitado por Sarney. O projeto de educação da população estava sempre organizado nos documentos construídos pelas equipes técnicas, porém, efetivamente, não alcançamos o patamar de qualidade apresentado nas mensagens às assembleias legislativas. O ensino primário sempre apresentou dificuldades em incluir todas as crianças nas escolas e garantir que aprendam com estrutura adequada e professores atualizados. Enfim, anos de falácias e palanques, mas ainda não temos a educação que queremos.

O Maranhão Novo nunca existiu e a velha política das oligarquias de vez em quando se instala em nossas secretarias estaduais. Não rompemos com as práticas de perseguição aos militantes de movimentos sociais e censuramos as aulas criativas e não conservadoras. Enfim, as marcas da ditadura persistem e ressurgem nas políticas para poucos. Sarney ainda vive, e sempre está dando opiniões e conselhos aos novos políticos brasileiros. O que estamos herdando? Continuidades? Velha Política? O que sabemos e vemos todos os dias é que o Maranhão é o velho Maranhão, o das oligarquias e das manipulações.

DUTRA, R. de M. M.

Artigo recebido em: 12/04/2024
Aprovado para publicação em: 22/07/2024

OLIGARCHIC POLITICS IN MARANHÃO: THE DICTATORSHIP'S SPEECHES FOR PRIMARY EDUCATION BETWEEN THE 1960s AND 1970s

ABSTRACT: This article presents an analysis of discourses on education in the state of Maranhão during the years of governor José Sarney (1966-1970) and the relationship with the military coup of 1964, in documents of messages to the Legislative Assembly and newspapers, which announced a new era with investments in primary education, such as the expansion of the school network and an increase in the number of enrolled children. The period Sarney called Maranhão Novo was presented as a time of modernization and dynamics in educational policy. In the documentary analysis of the messages to the Legislative Assembly and newspaper publications, discourses on the situation of primary education and the emphasis given by Sarney to the acclaimed advances in education were identified. The results revealed political practices that were in line with the military state imposed on the population of Maranhão, and that disguised political persecution and censorship through social events, soothing speeches and renovations to school buildings.

KEYWORDS: Oligarchy. Military Dictatorship. Elementary School. Policies. Maranhão.

POLÍTICA OLIGARQUICA EN MARANHÃO: LOS DISCURSOS DE LA DICTADURA PARA LA EDUCACIÓN PRIMARIA ENTRE LOS AÑOS 1960-1970

RESUMEN: El artículo presenta un análisis de los discursos sobre educación en el estado de Maranhão, durante los años del gobernador José Sarney (1966-1970) y la relación con el golpe militar de 1964, en documentos de mensajes a la Asamblea Legislativa y en periódicos, que anunciaban un momento nuevo con inversiones para la educación primaria como la ampliación de la red escolar y el aumento del número de niños matriculados. El período llamado por Sarney de Maranhão Novo, se presentó como una época de modernización y dinamización de la política educativa. En el análisis documental de mensajes a la asamblea legislativa y publicaciones en periódicos se identificaron discursos sobre la situación de la educación primaria y los aspectos más destacados que dio Sarney a los aplaudidos avances en educación. Los resultados revelaron prácticas políticas acordes con el estado militar impuesto a la población de Maranhão, y que disfrazaban la persecución política y la censura a través de eventos sociales, discursos suavizados y renovaciones de edificios escolares.

PALABRAS CLAVE: Oligarquía. Dictadura militar. Escuela primaria. Políticas. Maranhão.

NOTAS

1 - Linha de pesquisa que estuda a história da educação das crianças maranhenses, no GEPiB.

- 2 - O que na verdade representava o golpe militar que retirou um governo escolhido pelo povo para instaurar a ditadura no Brasil.
- 3 - Jornal de estudantes do então Ginásio “Nina Rodrigues”, escola particular que nos anos 1960, recebia matrículas de filhos do empresariado maranhense.
- 4 - A ARENA foi criada por políticos apoiadores da Ditadura Militar e dentro do chamado bipartidarismo, que vigorava nesse tempo no Brasil, fazia oposição ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro).
- 5 - Criada no governo Juscelino Kubitschek com apoio do economista Celso Furtado. Ela foi criada com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da macrorregião do Nordeste do Brasil, promovendo a sua integração com o restante do país.
- 6 - A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro fundado em 28 de agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria.
- 7 - O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Costa e Silva na Ditadura Militar.
- 8 - Projeto de construção pelas comunidades rurais de suas próprias escolas, assim como a decisão sobre quem seriam os professores.
- 9 - Criação de novos ginásios no Maranhão.
- 10 - Ensino televisivo, iniciado no estado no governo Sarney, depois recuperado pelo Governo Roseana Sarney, e que tinha forte respaldo da iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, D. S. “MARANHÃO NOVO”: o primeiro ano do Governo de José Sarney (1966) através do jornal O Imparcial. In: PICCOLO, M; SILVA, F. H. M. **Agentes, agências e imprensa na construção de dinâmica dos regimes ditatoriais contemporâneos**. São Luís: Editora UEMA, 2018.
- BONFIM, M. N. **Do Velho ao Novo**: Política e Educação no Maranhão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Dissertação de Mestrado, 1982.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUILHON, M. V. M. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA. v. 11, n. 01, 2007.
- MARANHÃO, **Mensagem** à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador Sr. JOSE SARNEY COSTA por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1966. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>. Acesso em: Mar. 2024.

DUTRA, R. de M. M.

MARANHÃO, **Mensagem** à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador Sr. JOSE SARNEY COSTA por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1967. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>. Acesso em: Mar. 2024.

MARANHÃO, **Mensagem** à Assembleia Legislativa apresentada pelo Governador Sr. JOSE SARNEY COSTA por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1968. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital>. Acesso em: Mar. 2024.

O IMPARCIAL, Maranhão, 1965, mimeo.

O ZUMBI, Maranhão, 1968, mimeo.

REIS, F. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís, UNIGRAF, 2007.

SARNEY, J. **Política Educacional do Maranhão**. São Luís, 1966, p.2, mimeo.

ROSYANE DE MORAES MARTINS DUTRA: Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2001), especialização em Gestão de Recursos Humanos pela FACAM (Rio de Janeiro/2005) e Mestrado em Educação/UFMA (2014). Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB/UFMA). Professora do Departamento de Educação /Área de atuação: Educação Infantil/Curso de Pedagogia/CCSO/UFMA. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: infância e o brincar, formação de professores, metodologia da educação infantil, estágio supervisionado, políticas educacionais, currículo e história da infância.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4800-7493>

E-mail: rosyane.dutra@ufma.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).